



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravo de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Registro: 2025.0000331122

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050, da Comarca de São Paulo, em que é agravante JOSE LUIZ GONÇALVES, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 11ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram parcial provimento ao agravo apenas para determinar ao juízo da execução que limite a penhora dos valores bloqueados a 1/4 do total encontrado, devolvendo-se o restante à conta de origem do sentenciado. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores XAVIER DE SOUZA (Presidente sem voto), RENATO GENZANI FILHO E CARLA RAHAL.

São Paulo, 3 de abril de 2025.

ALEXANDRE ALMEIDA
Relator
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravo de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

VOTO Nº 32592

Execução penal – Pena de multa – Não pagamento – Execução da reprimenda promovida pelo Ministério Público – Multa que, embora constitua dívida de valor, mantém seu caráter de sanção penal – Extinção da punibilidade por hipossuficiência econômica do sentenciado – Possibilidade – Tema Repetitivo 931 do Superior Tribunal de Justiça – Necessidade, contudo, de cumprimento da pena principal – Precedentes – Sanção principal cujo cumprimento ainda não se findou – Violação ao art. 833, do Código de Processo Civil e ao art. 50, § 2º, do Código Penal – Inocorrência – Precedentes – Liberação do montante bloqueado – Possibilidade com relação a parte do valor – Limitação de 1/4 do art. 168, da Lei de Execução Penal – Aplicabilidade – Recurso provido em parte.

Vistos.

Cuida-se de agravo em execução apresentado por **JOSE LUIZ GONÇALVES** contra a r. decisão de fls. 62/63, do MM. Juízo de Direito da 1ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Paulo, que, no âmbito da execução da pena de multa decorrente da condenação na ação penal nº 1510040-64.2020.8.26.0228, deixou de reconhecer a hipossuficiência alegada pelo agravante e de extinguir a punibilidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravo de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

independentemente do pagamento da multa.

Sustenta a Defensoria Pública, em síntese, a necessidade de extinção da reprimenda, pois é aplicável ao caso o entendimento recente do Col. Superior Tribunal de Justiça que autoriza a extinção da punibilidade sem pagamento da multa, por se tratar de sentenciado para o qual se presume a hipossuficiência. Alega, ademais, que a medida atingiu bens essenciais à subsistência do sentenciado e de sua família, em violação ao art. 833, do Código de Processo Civil, e ao art. 50, §2º, do Código Penal. Ao fim, prequestiona toda a matéria (fls. 1/9).

Contrariado o recurso (fls. 13/23) e mantida a decisão (fls. 24), subiram os autos a este E. Tribunal de Justiça.

A d. Procuradoria Geral de Justiça manifesta-se pelo improvimento do recurso (fls. 71/74).

É o relatório.

Improcede, na verdade, o inconformismo manifestado pelo agravante.

De fato, segundo os documentos constantes dos autos, o sentenciado foi condenado, com trânsito em julgado (em 27/07/2021, cf. fls. 27), no âmbito da ação penal nº 1510040-64.2020.8.26.0228, que tramitou perante a 13ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo, ao pagamento da pena de multa cujo valor corresponde a R\$ 25.348,69 (fls. 27/28).

Em decorrência da condenação foi requerida (fls. 25/26) e determinada (fls. 29/31) a citação do agravante para que efetuasse o pagamento da multa no prazo de 10 dias, sendo certo que foi realizada a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravo de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

citação pessoal em 04/04/2024 (fls. 34).

A Defensoria Pública, então, após a realização de pesquisa de bens em nome do sentenciado (fls. 47/50), requereu a extinção da multa pela hipossuficiência ou o levantamento da penhora realizada, com base na tese recentemente firmada no âmbito do Tema 931 do Superior Tribunal de Justiça (fls. 56/57), o que foi indeferido pelo juízo da execução (fls. 62/63).

Com efeito, a extinção da punibilidade sem o pagamento da multa por reconhecimento da hipossuficiência não se justificava.

Como se sabe, a Terceira Seção do Col. Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº 1.519.777/SP (Rel. Ministro Rogerio Schietti, 3ª S., DJe 10/9/2015), assentou a tese de que *"os casos em que haja condenação a pena privativa de liberdade e multa, cumprida a primeira (ou a restritiva de direitos que eventualmente a tenha substituído), o inadimplemento da sanção pecuniária não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade"*.

Posteriormente, mais precisamente em 12 e 13 de dezembro de 2018, o Eg. Supremo Tribunal Federal decidiu, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.150/DF e a Ação Penal nº 470/MG, que, à luz do preceito estabelecido pelo art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal, a multa, ao lado da privação de liberdade e de outras restrições – perda de bens, prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos – é espécie de pena aplicável em retribuição e em prevenção à prática



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravamento de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

de crimes, de maneira que não perde o caráter de sanção penal.

É o que ficou decidido no acórdão da já citada decisão, cujo teor foi sintetizado na seguinte ementa:

“Execução penal. Constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Pena de multa. Legitimidade prioritária do Ministério Público. Necessidade de interpretação conforme. Procedência parcial do pedido. 1. A Lei nº 9.268/1996, ao considerar a multa penal como dívida de valor, não retirou dela o caráter de sanção criminal, que lhe é inerente por força do art. 5º, XLVI, c, da Constituição Federal. 2. Como consequência, a legitimação prioritária para a execução da multa penal é do Ministério Público perante a Vara de Execuções Penais. 3. Por ser também dívida de valor em face do Poder Público, a multa pode ser subsidiariamente cobrada pela Fazenda Pública, na Vara de Execução Fiscal, se o Ministério Público não houver atuado em prazo razoável (90 dias). 4. Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido se julga parcialmente procedente para, conferindo interpretação conforme à Constituição ao art. 51 do Código Penal, explicitar que a expressão “aplicando-se-lhes as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição”, não exclui a legitimação prioritária do Ministério Público para a cobrança da multa na Vara de Execução Penal. Fixação das seguintes teses: (i) O Ministério Público é o órgão legitimado para promover a execução da pena de multa, perante a Vara de Execução Criminal, observado o procedimento descrito pelos artigos 164 e seguintes da Lei de Execução Penal; (ii) Caso o titular da ação penal, devidamente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravado de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

intimado, não proponha a execução da multa no prazo de 90 (noventa) dias, o Juiz da execução criminal dará ciência do feito ao órgão competente da Fazenda Pública (Federal ou Estadual, conforme o caso) para a respectiva cobrança na própria Vara de Execução Fiscal, com a observância do rito da Lei 6.830/1980.” (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.150, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. para o acórdão Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 13/12/2018, publicação em 06/08/2019)

Portanto, a multa decorrente de condenação criminal, apesar de constituir dívida de valor, mantém sua natureza de reprimenda penal, o que faz com que seja indisponível.

Por outro lado, não se desconhece que, em 2021, o Col. Superior Tribunal de Justiça, revisitando o Tema 931, firmou novo entendimento no sentido de que na *“hipótese de condenação concomitante a pena privativa de liberdade e multa, o inadimplemento da sanção pecuniária, pelo condenado que comprovar impossibilidade de fazê-lo, não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade”* (REsp 1.785.383/SP - S3 - Terceira Seção - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz - J. 24/11/2021 - DJe 30/11/2021).

Ao rever o tema diante da decisão proferida pelo Eg. Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI nº 3.150/DF, o Col. Superior Tribunal de Justiça entendeu que o julgado do Pretório Excelso se aplica, prioritariamente, aos condenados por delitos relativos à criminalidade econômica, que possuem condições financeiras de adimplir a reprimenda pecuniária, na medida em que o seu não pagamento constitui manifesta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravo de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

intenção de desrespeitar as decisões judiciais, transmitindo sensação de impunidade, situação bastante distinta daquela em que o condenado é considerado pobre aos olhos da lei e não ostenta condições de arcar com o pagamento.

Vale dizer, para essa última hipótese, a colenda Corte firmou entendimento no sentido de que aquele sentenciado pobre, que não puder honrar com o pagamento da multa não pode ser impedido de ver a pena extinta, pois tal circunstância poderia implicar transtornos econômicos e sociais não só para ele, como também para seu núcleo familiar, que nada teve a ver com seus atos, o que representaria verdadeiro óbice à própria reabilitação, uma das finalidades da pena, fazendo com que os ônus do processo e da condenação se arrastassem indefinidamente.

Diante disso, o Conselho Nacional de Justiça, editou a Recomendação nº 425, de 08/10/2021, que instituiu, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção à Pessoa em Situação de Rua e suas Interseccionalidades e, em seu art. 29, parágrafo único, estabeleceu que: ***“No curso da execução criminal, cumprida a pena privativa de liberdade e verificada a situação de rua da pessoa egressa, deve-se observar a possibilidade de extinção da punibilidade da pena de multa”***.

Além disso, mais recentemente, aquele Tribunal Superior, mais uma vez, revisitou o Tema 931, firmando nova tese sobre a matéria: ***“O inadimplemento da pena de multa, após cumprida a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, não obsta a extinção da punibilidade, ante a alegada hipossuficiência do condenado, salvo se diversamente entender o juiz competente, em decisão suficientemente***



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravo de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

motivada, que indique concretamente a possibilidade de pagamento da sanção pecuniária.” (REsp 2.090.454/SP, Terceira Seção, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, julgamento em 28/02/2024, publicação em 01/03/2024).

Observe-se que a nova tese firmada pelo Col. Superior Tribunal de Justiça (que, vale dizer, ainda não transitou em julgado), ocupou-se de tratar do problema dos sentenciados hipossuficientes indo um passo além, destacando que a miserabilidade do apenado é presumida diante da alegação do condenado nesse sentido, mas mantendo a possibilidade de tal presunção ser afastada por provas em sentido contrário e sem proibir que o Ministério Público e o Judiciário lancem mão de expedientes de pesquisa e constrição de bens para averiguar a realidade da alegação de pobreza.

Pois bem, feitas essas considerações, deve-se observar, contudo, que o presente caso difere das hipóteses aventadas, tanto pelo entendimento mais recente do Col. Superior Tribunal de Justiça, quanto pela recomendação do Conselho Nacional de Justiça, pois ambas têm como pressuposto a situação de um condenado que já tenha cumprido a pena principal (normalmente, a pena privativa de liberdade) e que tem, como única pendência, para extinção da punibilidade, a reprimenda de multa.

Foi para estas circunstâncias, quando aliadas à condição de hipossuficiência do sentenciado, que o Conselho Nacional de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça emitiram seus juízos, já que, caso não fosse possível, nesses casos, a extinção da punibilidade sem o adimplemento da multa, estar-se-ia criando uma perpetuação indevida dos efeitos secundários da condenação criminal, uma vez que o sentenciado pobre, sem ter condições de arcar com o valor pecuniário da multa, teria de suportá-los



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravado de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

indefinidamente, não podendo fazer nada para alterar seu *status* como condenado, dada sua condição de miserabilidade.

É o que se extrai da leitura da ementa do julgado mais recente do Col. Superior Tribunal de Justiça que fixou a tese sobre o tema:

“RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. EXECUÇÃO PENAL. REVISÃO DE TESE. TEMA 931. CUMPRIMENTO DA SANÇÃO CORPORAL. PENDÊNCIA DA PENA DE MULTA. CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE OU DE RESTRITIVA DE DIREITOS SUBSTITUTIVA. INADIMPLEMENTO DA PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. COMPREENSÃO FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DA ADI N. 3.150/DF. MANUTENÇÃO DO CARÁTER DE SANÇÃO CRIMINAL DA PENA DE MULTA. PRIMAZIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA EXECUÇÃO DA SANÇÃO PECUNIÁRIA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA DO ART. 51 DO CÓDIGO PENAL. DISTINGUISHING. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA PENA PECUNIÁRIA PELOS CONDENADOS HIPOSSUFICIENTES. NOTORIEDADE DA EXISTÊNCIA DE UMA EXPRESSIVA MAIORIA DE EGRESSOS SEM MÍNIMOS RECURSOS FINANCEIROS. RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO. DIFICULDADES DE REALIZAÇÃO DO INTENTO CONSTITUCIONAL E LEGAL ANTE OS EFEITOS IMPEDITIVOS À CIDADANIA PLENA DO EGRESSO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravado de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

AUTODECLARAÇÃO DE POBREZA. RECURSO NÃO PROVIDO.1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do Recurso Especial Representativo da Controvérsia n. 1.519.777/SP (Rel. Ministro Rogerio Schietti, 3ª S., DJe 10/9/2015), assentou a tese de que "nos casos em que haja condenação a pena privativa de liberdade e multa, cumprida a primeira (ou a restritiva de direitos que eventualmente a tenha substituído), o inadimplemento da sanção pecuniária não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade". 2. Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.150 (Rel. Ministro Marco Aurélio, Rel. p/ Acórdão Ministro Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe-170 divulg. 5/8/2019 public. 6/8/2019), o STF firmou o entendimento de que a alteração do art. 51 do Código Penal, promovida Lei n. 9.268/1996, não retirou o caráter de sanção criminal da pena de multa, de modo que a primazia para sua execução incumbe ao Ministério Público e o seu inadimplemento obsta a extinção da punibilidade do apenado. Tal compreensão foi posteriormente sintetizada em nova alteração do referido dispositivo legal, pela Lei n. 13.964/2019. 3. Em decorrência do entendimento firmado pelo STF, bem como em face da mais recente alteração legislativa sofrida pelo artigo 51 do Código Penal, o STJ, no julgamento dos Recursos Especiais Representativos da Controvérsia n. 1.785.383/SP e 1.785.861/SP (Rel. Ministro Rogerio Schietti, 3ª S., DJe 21/9/2021), reviu a tese anteriormente aventada no Tema n. 931, para assentar que, "na hipótese de condenação concomitante a pena privativa de liberdade e multa, o inadimplemento da sanção pecuniária obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade". 4. De toda sorte, é razoável



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravado de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

inferir que referida decisão do STF se dirige àqueles condenados que possuam condições econômicas de adimplir a sanção pecuniária, geralmente relacionados a crimes de colarinho branco, de modo a impedir que o descumprimento da decisão judicial resulte em sensação de impunidade. Demonstra-o também a decisão do Pleno da Suprema Corte, ao julgar o Agravo Regimental na Progressão de Regime na Execução Penal n. 12/DF, a respeito da exigência de reparação do dano para obtenção do benefício da progressão de regime. Na ocasião, salientou-se que, "especialmente em matéria de crimes contra a Administração Pública - como também nos crimes de colarinho branco em geral -, a parte verdadeiramente severa da pena, a ser executada com rigor, há de ser a de natureza pecuniária. Esta, sim, tem o poder de funcionar como real fator de prevenção, capaz de inibir a prática de crimes que envolvam apropriação de recursos públicos" (Rel. Ministro Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe-052 divulg. 17/3/2015 public. 18/3/2015, grifei). 5. Segundo dados do INFOPEN, colhidos até junho de 2023, 39,93% dos presos no país estavam cumprindo pena pela prática de crimes contra o patrimônio; 28,29%, por tráfico de drogas, seguidos de 16,16% por crimes contra a pessoa, crimes que cominam pena privativa de liberdade concomitantemente com pena de multa. 6. Considere-se ainda o cenário do sistema carcerário, que expõe as vísceras das disparidades socioeconômicas arraigadas na sociedade brasileira, e que evidenciam o inegável caráter seletivo do sistema punitivo e a extrema dificuldade de reinserção social do egresso em geral, na sua desejada inclusão em alguma atividade profissional e na retomada de seus direitos políticos. A propósito, consoante apontado pelo relatório "O Preço



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravado de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

da Liberdade: Fiança e Multa no Processo Penal", elaborado pela organização não governamental CONECTAS, "é possível notar como as penas-multa passam a representar outro ônus para aqueles que satisfizeram suas penas restritivas de liberdade ou restritivas de direitos. Assim, mesmo aqueles que cumpriram integralmente suas penas, ainda precisam enfrentar a desproporcionalidade e a crueldade do sistema, já que são obrigados a pagar multas que foram fixadas quando condenados. A depender do perfil do réu, essas multas acabam aprofundando ainda mais a desigualdade econômica e social existente na população apenada, uma vez que após a saída da prisão retornam com frequência para a situação anterior a sua prisão, agora sobreposta com o estigma de ex-presos." [...] "os egressos nestas condições ficam em uma espécie de limbo legal/social, pois essas pessoas já cumpriram suas penas de prisão, contudo estão impossibilitadas de exercer direitos básicos como: efetivo direito ao voto, inscrição em programas sociais, admissão ao serviço público por concurso etc. " 7. É oportuno lembrar que, entre outros efeitos secundários, a condenação criminal transitada em julgado retira direitos políticos do condenado, nos termos do art. 15, III, da Constituição da República de 1988. Como consequência, uma série de benefícios sociais - inclusive empréstimos e adesão a programas de inclusão e de complementação de renda - lhe serão negados enquanto pendente dívida pecuniária decorrente da condenação. 8. Ainda na seara dos malefícios oriundos do não reconhecimento da extinção da punibilidade, o art. 64, I, do Código Penal determina que, "para efeito de reincidência: [...] não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravado de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação", o que implica dizer que continuará o condenado a ostentar a condição de potencial reincidente enquanto inadimplida a sanção pecuniária. 9. Não se mostra, portanto, compatível com os objetivos e fundamentos do Estado Democrático de Direito - destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça" (Preâmbulo da Constituição da República) - que se perpetue uma situação que tem representado uma sobrepunição dos condenados notoriamente incapacitados de, já expiada a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, solver uma dívida que, a despeito de legalmente imposta - com a incidência formal do Direito Penal - não se apresenta, no momento de sua execução, em conformidade com os objetivos da lei penal e da própria ideia de punição estatal. 10. A realidade do sistema prisional brasileiro esbarra também na dignidade da pessoa humana, incorporada pela Constituição Federal, em seu artigo 1º, inciso III, como fundamento da República. Ademais, o art. 3º, inciso III, também da Carta de 1988, propõe a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais, propósito com que claramente não se coaduna o tratamento dispensado à pena de multa e a conjuntura de prolongado "aprisionamento" que dela decorre. 11. Razoável asserir, ainda, que a barreira ao reconhecimento da extinção da punibilidade dos condenados pobres contradiz o princípio isonômico (art. 5º, caput, da Carta Política) segundo o qual desiguais devem ser tratados de forma desigual,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravado de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

bem como frustra fundamentalmente os fins a que se prestam a imposição e a execução das reprimendas penais, conforme a expressa e nítida dicção do art. 1º da Lei de Execução Penal: "Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado". 12. A benfazeja eficiência do sistema de cobrança de multas por parte do Ministério Público - afinal de contas, se é tal órgão a tanto legitimado e se é o fiscal da legalidade da execução penal, deve mesmo envidar esforços para fazer cumprir as sanções criminais impostas aos condenados - pode, todavia, se revelar iníqua ao se ignorarem situações nas quais, por óbvio, não possui o encarcerado que acaba de cumprir sua pena privativa de liberdade as mínimas condições de pagar tal encargo, sem prejuízo de sua própria subsistência e de seus familiares. 13. É notória a situação de miserabilidade econômica da quase totalidade das pessoas encarceradas neste país, em que apenas uma ínfima parcela dos presos possuem algum recurso auferido durante a execução penal. Os Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário 14º ciclo SISDEPEN - Período de referência: Janeiro a Junho de 2023, da Secretaria Nacional de Políticas Penais Diretoria de Inteligência Penitenciária indicam que, dos 644.305 presos no país, apenas 23 recebem mais do que 2 salários mínimos por trabalho remunerado no sistema penitenciário. Do restante, 26.377 recebem menos que $\frac{3}{4}$; 34.152 entre $\frac{3}{4}$ e 1; e 7.609 entre 1 e 2 salários mínimos. Não bastasse essa escassez de recursos, apenas 795 deste universo de mais de 644 mil presos possuem curso superior, o que sinaliza para uma maior dificuldade de reinserção no mercado de trabalho para a grande maioria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravado de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

dos demais egressos do sistema. 14. Tal realidade não aproveita, evidentemente, presos que já gozavam, antes da sentença condenatória, de uma situação econômico-financeira razoável ou mesmo cômoda, como, de resto, não aproveita os poucos, ou pouquíssimos, condenados financeiramente bem aquinhoados que cumprem pena neste país. Vale mencionar que, do total de 644.305 presos no país, somente 1.798 (menos de 0.5 % deles) cumprem pena pelos crimes de peculato, concussão, excesso de exação, corrupção passiva e corrupção ativa. Ainda que somemos a estes também os condenados por outros crimes de colarinho branco (lavagem de dinheiro, evasão de divisas, gestão fraudulenta etc), não se tem certamente mais do que 1% de todo o sistema penitenciário com pessoas condenadas por ilícitos penais com alguma chance de serem melhor situadas financeiramente. 15. A estes, sim, deve voltar-se todo o esforço do Ministério Público para executar as penas de multas devidas, e não aos que, notoriamente, após anos de prisão, voltam ao convívio social absolutamente carentes de recursos financeiros e sequer com uma mínima perspectiva de amealhar recursos para pagar a dívida com o Estado. 16. Não se trata de generalizado perdão da dívida de valor ou sua isenção, porquanto se o Ministério Público, a quem compete, especialmente, a fiscalização da execução penal, vislumbrar a possibilidade de que o condenado não se encontra nessa situação de miserabilidade que o isente do adimplemento da multa, poderá produzir prova em sentido contrário. É dizer, presume-se a pobreza do condenado que sai do sistema penitenciário - porque amparada na realidade visível, crua e escancarada - permitindo-se prova em sentido contrário. E, por se tratar de decisão judicial, poderá o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravado de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

juiz competente, ao analisar o pleito de extinção da punibilidade, indeferi-lo se, mediante concreta motivação, indicar evidências de que o condenado possui recursos que lhe permitam, ao contrário do que declarou, pagar a multa. 17. A propósito, o Decreto Presidencial de indulto natalino, n. 11.846/2023, abrangeu pessoas "condenadas a pena de multa, ainda que não quitada, independentemente da fase executória ou do juízo em que se encontre, aplicada isolada ou cumulativamente com pena privativa de liberdade, desde que não supere o valor mínimo para o ajuizamento de execuções fiscais de débitos com a Fazenda Nacional, estabelecido em ato do Ministro de Estado da Fazenda, ou que não tenham capacidade econômica de quitá-la, ainda que supere o referido valor" (destaquei). Isso equivale a dizer que, para o Poder Executivo, é melhor perdoar a dívida pecuniária de quem já cumpriu a integralidade da pena privativa de liberdade e deseja - sem a obrigatoriedade de pagar uma pena de multa até um valor que o Estado costuma renunciar à cobrança de seus créditos fiscais - reconquistar um patamar civilizatório de que até então eram tolhidos em virtude do não pagamento da multa. 18. No caso em debate, A Corte de origem procedeu ao exame das condições socioeconômicas a que submetido o apenado, a fim de averiguar a possibilidade de incidência da tese firmada no Tema 931, o que levou o Tribunal a concluir pela vulnerabilidade econômica do recorrido. O Tribunal a quo, não obstante haver reconhecido a legitimidade da cobrança da pena de multa pelo Ministério Público, alicerçou sua compreensão na patente hipossuficiência do executado, conjuntura que não foi desconstituída pelo órgão ministerial. 19. A presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência, a fim de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravado de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

permitir a concessão da gratuidade de justiça, possui amparo no art. 99, § 3º, do Código de Processo Civil, segundo o qual "presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural", podendo ser elidida caso esteja demonstrada a capacidade econômica do reeducando. 20. Recurso especial não provido para preservar o acórdão impugnado e fixar a seguinte tese: O inadimplemento da pena de multa, após cumprida a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, não obsta a extinção da punibilidade, ante a alegada hipossuficiência do condenado, salvo se diversamente entender o juiz competente, em decisão suficientemente motivada, que indique concretamente a possibilidade de pagamento da sanção pecuniária.” (REsp n. 2.090.454/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 28/02/2024, DJe de 01/03/2024.)

Todavia, o sentenciado em questão, ao contrário do preconizado pelos fundamentos daquela Corte Superior, não cumpriu a pena principal a que foi condenado.

Na verdade, em consulta ao processo de execução da sanção principal (execução nº 0007696-25.2021.8.26.0496), por meio do sistema informatizado SAJ, verifica-se que a sanção principal (consistente em pena privativa de liberdade) ainda não foi cumprida e tem, como previsão para o seu término, a data de 12/02/2027 (fls. 148/150 daqueles autos).

Desse modo, como a sanção corporal sequer foi cumprida, não há que se falar em perpetuação dos efeitos da condenação por mera impossibilidade de pagamento, de maneira que não se verificam, no caso, as circunstâncias sob as quais o Superior Tribunal de Justiça autorizou a



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravo de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

extinção da punibilidade sem o pagamento da multa.

Até porque, vale dizer, durante o cumprimento da pena principal, é possível que o condenado, por seu trabalho ou por outros meios lícitos, venha a ter acesso a novos recursos e bens que possibilitem o pagamento da multa e dos quais não dispunha no início do cumprimento da pena.

Eventualmente cumpridas as sanções principais, aí sim, poderá ser extinta a punibilidade mesmo sem o pagamento da multa, caso se verifiquem as condições impostas pelo precedente do Col. Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido já se manifestou este Eg. Tribunal de Justiça:

“AGRAVO EM EXECUÇÃO – PLEITO DE EXTINÇÃO DA PENA DE MULTA INDEPENDENTEMENTE DO PAGAMENTO – TESE FIRMADA NO TEMA 931, DO C. STJ, ATUALIZADA EM FEVEREIRO/2024 – COMPROVAÇÃO DA ALEGADA HIPOSSUFICIÊNCIA DESNECESSÁRIA – SENTENCIADA, NO ENTANTO, AINDA CUMPRE A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE IMPOSTA – SITUAÇÃO, PORTANTO, QUE NÃO SE AMOLDA À PREVISTA NA ATUAL JURISPRUDÊNCIA DO C. STJ – AGRAVO IMPROVIDO.” (Agravo em Execução nº 0014986-66.2024.8.26.0050, 10ª Câmara de Direito Criminal, Rel. Des. Nuevo Campos, julgado em 30/08/2024, publicação em 30/08/2024);

“AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. Multa. Recurso defensivo. Pretendida declaração de extinção da punibilidade da



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravo de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

pena pecuniária, em razão da hipossuficiência do sentenciado. Ausência de comprovação de hipossuficiência. Tema Repetitivo nº 931, revisado pelo C. STJ, que não se aplica ao presente caso. Sentenciado ainda em cumprimento de pena privativa de liberdade. Recurso desprovido.” (Agravo em Execução nº 0002670-89.2024.8.26.0286, 3ª Câmara de Direito Criminal, Rel. Des. Hugo Maranzano, julgado em 30/08/2024, publicação em 30/08/2024);

“AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE MULTA – Pleito de extinção da punibilidade independentemente de pagamento da pena pecuniária. Recorrente que, além de não comprovar a impossibilidade de pagamento do débito, encontra-se em cumprimento da sanção privativa de liberdade. Inaplicabilidade do Tema nº 931 do C. STJ – Prequestionamento. Pronunciamento explícito sobre as questões relevantes suscitadas – Recurso desprovido.” (Agravo em Execução nº 0011705-05.2024.8.26.0050, 6ª Câmara de Direito Criminal, Rel. Des. Gilberto Cruz, julgado em 30/08/2024, publicação em 30/08/2024)

Aliás, assim também vem decidindo esta Col. 11ª Câmara de Direito Criminal:

“Com efeito, a mais nova orientação do Superior Tribunal de Justiça, firmada no âmbito dos Recursos Especiais nº 2.090.454/SP e nº 2.024.901/SP, julgados no dia 28.02.2024, mesmo revisando o entendimento anteriormente consolidado no Tema nº 931, continua sendo no sentido de que, em se tratando de sentenciado hipossuficiente, o inadimplemento da pena de multa não pode servir como óbice para a extinção da sua punibilidade, desde que a sanção privativa de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravado de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

liberdade já tenha sido integralmente cumprida. Observa-se que a inovação gira em torno, notadamente, da forma de comprovação da impossibilidade econômica e da competência da produção dessa prova. Reproduz-se apenas o teor de um dos recursos, já que a tese firmada em ambos é idêntica: (...) Assim, ainda que observado o mais recente posicionamento jurisprudencial acima, que inclusive é mais favorável à sentenciada, já que deixou de exigir dela a comprovação de hipossuficiência, bastando a mera alegação, não era mesmo possível extinguir a punibilidade da sua pena de multa independentemente do respectivo pagamento, porquanto a reprimenda principal ainda não foi efetivamente descontada. Neste cenário, ainda não há razão concreta para invocar eventual hipossuficiência da apenada como causa de extinção do processo executivo.” (Agravado em Execução nº 0000542-94.2024.8.26.0028, Rel. Des. Xavier de Souza, julgamento em 30/08/2024, publicação em 30/08/2024);

“Agravado em execução penal. Recurso defensivo não provido. Pleito para extinção do processo de execução da pena de multa por ausência de legitimidade ativa do Ministério Público. Impossibilidade. O Ministério Público tem legitimidade, ainda que não exclusiva, mas prioritária, para cobrar a multa decorrente da condenação definitiva, uma vez que se trata de uma sanção criminal, antes de ser uma dívida. Pedido de extinção da pena de multa sem o pagamento ante a alegada hipossuficiência do agravante. Não cabimento. A execução da pena de multa perante o juízo da execução penal tem amparo legal, nos termos do art. 51 do Código Penal. A multa é dívida de valor, porém, mantém sua característica de sanção penal, logo, deve ser executada para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravo de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

cumprir os fins da pena e da individualização penal (ADI 3150). Recente tese firmada pelo E. STJ no Tema 931 não contrapõe ao entendimento estabelecido na ADI 3150 e pressupõe: a) o efetivo e integral cumprimento da pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos; e b) ausência de decisão suficientemente motivada que indique a possibilidade de pagamento da sanção pecuniária, não sendo este o caso dos autos (sentenciado em cumprimento de pena privativa de liberdade). Decisão mantida.” (Agravo em Execução nº 0008500-65.2024.8.26.0050, Rel. Des. Tetsuzo Namba, julgamento em 24/08/2024, publicação em 24/08/2024).

Tampouco é o caso de se reconhecer a impenhorabilidade prevista pelo art. 833, incisos IV e X, do Código de Processo Civil, ou mesmo a vedação preconizada pelo art. 50, § 2º, do Código Penal, pois há previsão, na Lei de Execução Penal, de possibilidade de desconto até mesmo da remuneração percebida pelo apenado, de modo que, por se tratar de norma específica, a norma de execução penal se sobrepõe às demais.

Entretanto, apesar de ser impossível tanto a extinção da punibilidade da multa sem o pagamento, nos termos da jurisprudência do Col. Superior Tribunal de Justiça, quanto o reconhecimento de impenhorabilidade dos valores bloqueados, no caso, há reparo a se fazer na decisão recorrida.

Isso porque, como se observa pelos documentos juntados aos autos, o agravante logrou demonstrar a sua vulnerabilidade econômica, pois, além de ser assistido pela Defensoria Pública e ter sido condenado a multa cujas diárias foram fixadas no patamar mínimo legal (o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravo de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

que, vale dizer, apesar de apontar para a miserabilidade, não se presta a comprová-la, por si só), demonstrou ter sido beneficiário de auxílios assistenciais do governo federal voltados à população de baixa renda (cf. extrato de fls. 56/57), o que aponta que os valores encontrados junto à Caixa Econômica Federal decorrem de tais benefícios (já que há indicação de que foram disponibilizados valores ao sentenciado sob as rubricas do programas “Auxílio Brasil”, “Auxílio Emergencial” e “Bolsa Família”, cf. fls. 57), de modo que não podem ser integralmente penhorados.

É que, em que pese o art. 170, da Lei nº 7.210/84 autorize expressamente a cobrança da pena de multa cominada ao sentenciado que se encontre cumprindo a sanção corporal por meio de desconto realizado sobre a remuneração por ele percebida, tal desconto está sujeito ao limite de até 1/4 do valor recebido pelo sentenciado, nos termos do art. 168, do mesmo diploma:

“Art. 168. O Juiz poderá determinar que a cobrança da multa se efetue mediante desconto no vencimento ou salário do condenado, nas hipóteses do art. 50, § 1º, do Código Penal, observando-se o seguinte:

I – o limite máximo do desconto mensal será o da quarta parte da remuneração e o mínimo o de um décimo;

II – o desconto será feito mediante ordem do Juiz a quem de direito;

III – o responsável pelo desconto será intimado a recolher mensalmente, até o dia fixado pelo Juiz, a importância determinada.”;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravado de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São
Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

“Art. 170. Quando a pena de multa for aplicada cumulativamente com pena privativa de liberdade, enquanto esta estiver sendo executada, poderá aquela ser cobrada mediante desconto na remuneração do condenado (artigo 168).

§ 1º Se o condenado cumprir a pena privativa de liberdade ou obtiver livramento condicional, sem haver resgatado a multa, far-se-á a cobrança nos termos deste Capítulo.

§ 2º Aplicar-se-á o disposto no parágrafo anterior aos casos em que for concedida a suspensão condicional da pena.”

Não se ignora que, a princípio, a redação de tais dispositivos diz respeito a valores recebidos a título de “**vencimento ou salário**”.

O sentido de tal limite é, evidentemente, garantir que o condenado tenha condições mínimas de subsistência para si e para sua família, mantendo sob seu poder uma parcela significativa do dinheiro que lhe foi pago, mas permitindo, também, que a sanção de multa seja efetivamente adimplida, evitando-se que o sentenciado se furte ao cumprimento das obrigações pecuniárias que decorrem do título condenatório.

Ora, se o desígnio da lei é limitar o desconto a ser realizado na remuneração percebida pelo sentenciado por seu trabalho, justamente para garantir a subsistência do condenado, não se justifica que o mesmo limite não seja aplicado a verbas recebidas a título de benefícios assistenciais, que, pela própria natureza, destinam-se ao sustento de quem os recebe.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Agravo de Execução Penal nº 0005151-20.2025.8.26.0050 - São Paulo
Agravante: Jose Luiz Gonçalves
Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Faz-se necessária, portanto, a limitação da penhora do valor bloqueado a apenas 1/4 do total, devendo ser restituído o montante restante ao sentenciado, tendo em vista a proteção conferida pela Lei de Execução Penal aos meios de subsistência dos sentenciados.

Assim, observando-se, por fim, que a origem dos valores bloqueados em benefício assistencial não foi afastada por qualquer prova apresentada pelo Ministério Público, constatado que o montante bloqueado para pagamento do débito penal apresenta tal natureza, revelando-se essencial à subsistência do sentenciado e de seus familiares, o provimento parcial do recurso é medida que se impõe à correta solução do caso em questão.

Finalmente, em que pese a colocação acerca do prequestionamento dos dispositivos legais invocados, consigne-se não existir qualquer violação às normas mencionadas.

Diante do exposto, **DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO** ao agravo apenas para determinar ao juízo da execução que limite a penhora dos valores bloqueados a 1/4 do total encontrado, devolvendo-se o restante à conta de origem do sentenciado.

ALEXANDRE Carvalho e Silva de **ALMEIDA**
RELATOR